

Lutando a Respeito do Modo de Incorporação – Reação Violenta contra o Multiculturalismo na Europa

Jeffrey C. Alexander

Jeffrey C. Alexander

é Professor do Departamento de Sociologia na Universidade de Yale.

E-mail: jeffrey.alexander@yale.edu

Tradução por Rosaura Eichenberg

Nota dos Editores

Este artigo foi originalmente publicado em língua inglesa no periódico *Ethnic and Racial Studies*, em 14 de janeiro de 2013. Os editores agradecem ao autor a autorização para publicação desta versão em português.

Resumo

Documentando a extraordinária potência e alcance da violenta reação europeia contra o multiculturalismo, este ensaio apresenta um novo modelo teórico para explicá-lo. Em vez de focalizar principalmente os fatos demográficos e institucionais sobre a imigração islâmica – como educação, riqueza, participação e mobilidade – o autor propõe uma abordagem cultural-sociológica que focaliza significados e emoções como as questões centrais para as sociedades civis. Com a intensificação da presença demográfica dos imigrantes islâmicos, a construção anticivil das qualidades islâmicas tem levado as massas, líderes e intelectuais europeus, não só da direita, mas do centro e da esquerda, a exigir uma assimilação homogeneizadora. Representando as práticas públicas do islã como ameaças à democracia europeia, testes restritivos de cidadania têm surgido nos últimos tempos junto com partidos políticos crescentemente xenófobos e uma recente violência neofascista ameaçadora. Inicialmente trazidos para a Europa por razões econômicas e políticas, a questão agora se voltou para a possibilidade ou não de os filhos e netos dos imigrantes islâmicos serem incorporados à sociedade civil europeia. O conflito não é sobre se os imigrantes devem ser incorporados, mas sobre as razões para fazê-lo.

Palavras-chave

multiculturalismo, imigração, assimilação, Islã, Europa, sociedade civil.

Abstract

Documenting the extraordinary potency and reach of the European backlash against multiculturalism, this essay provides a new theoretical model for explaining it. Rather than focusing primarily on demographic and institutional facts about Islamic immigration – such as education, wealth, participation and mobility – the author proposes a cultural sociological approach that focuses on meanings and emotions as core issues for civil societies. As the demographic presence of Islamic immigrants has intensified, the anti-civil construction of Islamic qualities has led European masses, leaders and intellectuals, not

only from the right but from the centre and left, to demand homogenizing assimilation. Representing public practices of Islam as threatening European democracy, newly restrictive citizenship tests have emerged alongside growing xenophobic political parties and newly threatening neo-fascist violence. Initially brought to Europe for economic and political reasons, the question has now become whether the children and grandchildren of Islamic immigrants can be incorporated into European civil society. The conflict is not over whether immigrants should be incorporated but over the grounds for doing so

400

Keywords

multiculturalism, immigration, assimilation; Islam, Europe, civil society.

Uma esfera civil que promete a toda pessoa uma posição legal, política e cultural é uma nova invenção social na história da humanidade. As aristocracias tratavam as camadas mais baixas como necessidades práticas. Os impérios patrimonialistas toleravam os *outsiders*, se eles pagassem seus impostos, como hóspedes. Em nenhum desses dois sistemas sociais, grupos da periferia podiam penetrar no centro (SHILS, 1975a). A deferência e às vezes até a reciprocidade eram possíveis; a inclusão, não.

Desde que essa nova forma social se tornou acessível, entretanto, a incorporação real de grupos de fora tem sido tudo menos garantida. A inclusão é contingente; pode ser bloqueada e revertida. Classes, religiões, etnias, raças, gêneros, regiões e sexualidades são compelidos a se engajar em lutas políticas e culturais extraordinariamente difíceis; têm sido frequentemente derrotados e às vezes até destruídos. Além disso, até recentemente os grupos centrais têm se mostrado propensos a considerar a ideia de incorporação apenas de modo assimétrico. Aos grupos de fora seria permitido entrar nas sociedades liberais, se dispostos a assumir as maneiras e os preceitos morais dos grupos centrais, concordando em tornar sua própria etnocultura invisível, praticando-a em privado, mas não na vida pública. O problema com esse modo “assimilativo” de incorporação é que deixa as qualidades estigmatizadas dos *outsiders* quase no mesmo lugar; as pessoas podem ser incorporadas, mas não as suas qualidades (ALEXANDER, 2006, PP. 425-58). Como a história recente da modernidade tem demonstrado de forma muito ampla, esse modo assimilativo é não só moralmente hipócrita, mas empiricamente explosivo. As guerras cataclísmicas e as repressões maciças do século XX foram alimentadas, de modo significativo, pelos estigmas violentos que se inflamaram, e frequentemente se intensificaram, logo abaixo da superfície de sociedades contemporâneas ostensivamente inclusivas.

Quando os custos sociais e as lições morais desses desastres calaram fundo no entendimento humano, a possibilidade de um novo modo “multicultural” mais reativo de incorporação entrou gradual mas inelutavelmente na consciência coletiva das sociedades modernas. Seria possível que não só as pessoas, mas também suas qualidades características fossem aceitas? Se os grupos de fora se comprometessem com o discurso moral e com as regras legais fundamentais da esfera civil, ser-lhes-ia permitido reter algumas das crenças e práticas culturais distintas, inicialmente consideradas estranhas às tradições dos grupos centrais? A ideia de uma barganha mais simétrica implica um aprendizado mútuo. Não muda apenas o novo grupo que chega, mas também a moral e os costumes dos grupos centrais. Em vez de repugnância, eles aprendem a respeitar certas qualidades dos grupos de fora. Às vezes tais demonstrações não passam de desempenhos teatrais de positividade em reação a novas formas de coação social; no mais das vezes, entretanto, são genuínas (VOYER, 2011, a ser publicado em breve). Alargando seus horizontes culturais, alguns membros dos grupos centrais experimentam um genuíno apreço; alguns chegam até a reverenciar as diferenças exibidas pelo lado antes incluído, ora mais plenamente incorporado.

O multiculturalismo usa faces diferentes. Pode ser a face de qualidades sexuais e de gênero

estigmatizadas que desafiam comportamentos culturais tradicionais dos grupos centrais; pode ser a face de qualidades de região, etnia e raça. As lutas pela incorporação multicultural também prosseguem ao longo de caminhos diferentes. No Canadá, os aborígenes outrora conquistados e os quebequenses exigiram à força uma alternativa à assimilação. Nos EUA, os negros americanos, primeiro escravizados e depois sujeitos a uma brutal dominação racial, lutaram não só por igualdade, mas também pela legitimidade do que veio a ser chamado cultura “afro-americana”, que, embora contribuindo para o “americanismo”, acabou sendo vista como distintiva por si mesma. Na Europa contemporânea, onde o colonialismo interno e a escravização racial estiveram em grande parte ausentes, as lutas sobre a incorporação multicultural têm se centrado na imigração, particularmente vinda das regiões islâmicas.

Historicamente, as qualidades dos imigrantes também foram um ponto crítico nos Estados Unidos da América, e algumas delas continuam a ter atualmente um alto grau de controvérsia (FREEDMAN, 2011). Em seus melhores dias, os EUA abriram suas portas, imaginando-se uma terra de imigrantes; em dias piores, os grupos centrais definiram os Estados Unidos da América de modo muito mais estreito e trancaram os portões (HUTINGTON, 2004; ABDO, 2006; AHMED, 2007, PP. 127-244; CAMPBELL, 2011a, 2011b, 2011c; LIPTAK, 2011; JAWORSKY, 2011; SHANE, 2011). Em décadas recentes, como demonstraram Jennifer Lee e Frank Bean (2010), os sentimentos anti-imigração têm sido relativamente dominados (Cf. MCWHORTER, 2012; NAVARRO, 2012); é um racismo continuado contra os afro-americanos que constitui o empecilho central para o sucesso da ação multicultural americana (GLAZER, 1997; SECRET, 2011; STILLE, 2011). Na Europa, como mostrou Michele Lamont (2000) entre outros, a situação é totalmente o oposto. Não são tanto as qualidades raciais, mas as qualidades étnicas e religiosas da nova onda de outsiders imigrantes que têm desafiado as identidades coletivas dos grupos centrais europeus de maneiras cada vez mais perturbadoras.¹

O presente ensaio diz respeito à luta europeia sobre como incorporar esses novos grupos de imigrantes, e às vezes até sobre se cabe incorporá-los. A luta racial americana, ainda profundamente turbulenta, tem sido o tema de décadas de análise empírica e debate teórico. A crise da Europa quanto à representação da imigração cristalizou-se apenas em tempos mais ou menos recentes, e a discussão acadêmica, sobretudo social-teórica, ainda está num estágio relativamente inicial. Tanto os debates contemporâneos como as representações acadêmicas têm gerado dúvidas até sobre a possibilidade do próprio multiculturalismo (Cf. HABERMAS, 2006; BOSETTI, 2011).

Dentro do experimento em democracia supranacional e antiétnica mais radical da história, a União Europeia (UE), surgiu um medo da muda, isto é, de que, particularmente vis-à-vis a imigração muçulmana, o status independente da esfera civil europeia tenha se tornado deveras vulnerável. Essa sensação de perigo ocasionou recentemente medidas políticas, administrativas e legais restritivas; a crescente popularidade de partidos políticos extremistas; e episódios não só de violência aleatória contra os muçulmanos, mas ataques assassinos organizados contra francos apoiadores da expansão multicultural das sociedades civis europeias. Sem dúvida, a imigração desencadeou uma ampla gama de respostas dentro de cada nação europeia, e reações substancialmente diferentes entre elas. Entretanto, cada vez mais a oposição às qualidades aparentemente anticivis dos recém-chegados tem inflamado uma reação violenta contra a imigração, que está por toda a Europa (KOOPMANS et al. 2005; VERTOVEC e WESSENDORF 2010a). A nova “super-diversidade” da Europa (VERTOVEC, 2006) é experimentada como algo que lança uma sombra ameaçadora sobre seu futuro.²

A Ciência Social da Imigração Europeia Recente

403

Essa sensação de perigo iminente já desencadeou uma grande quantidade de pesquisa empírica e orientada para a política. Num relatório que atraiu muita atenção em *Journal of the Royal Statistical Society*, por exemplo, Ludi Simpson (2007) argumenta que, na Grã-Bretanha, o agrupamento contemporâneo de imigrantes não é patológico em termos demográficos. Historicamente, as ondas de imigração têm sempre criado padrões de separação étnica, por razões de solidariedade protetora e também de vantagem econômica, um padrão confirmado por discussões americanas sobre mercado de trabalho dual e enclaves étnicos (por exemplo, BONACICH, 1972). O isolamento dos imigrantes islâmicos atuais, sugere Simpson (2007), nunca excedeu a uma concentração de 30 por cento, e está gradativamente diminuindo: o “índice de dissimilação” tem “mostrado uma queda na desigualdade de residência entre cada grupo étnico e o resto da população”, uma queda “maior para os grupos paquistaneses e bangladeshianos sobretudo muçulmanos, pelos quais a preocupação com a segregação tem sido expressa em voz mais alta” (SIMPSON, 2007, p. 419). Examinando a “segunda geração” imigrante em oito países europeus, Crul e Schneider (2010) também descobrem uma crescente incorporação em termos de índices objetivos. Os filhos de imigrantes desenvolvem um número bem maior de laços com membros dos grupos centrais do que os estabelecidos por seus pais, e esses laços “misturados” ultrapassam em muito até aqueles sustentados por europeus nativos. A realização educacional tem aumentado também acentuadamente, com altas porcentagens da segunda geração concluindo a escola secundária e ingressando na educação superior.³ Segundo um estudo holandês, 40 por cento dos filhos da segunda geração atualmente na escola são inscritos em *colleges* [escolas superiores básicas] ou em universidades (DUYVENDAK, PELS e RIJKSCHROEFF, 2009, p. 133). Entre a segunda geração, sentimentos positivos para com as nações hospedeiras têm aumentado significativamente (Cf. KASINITZ et al, 2008; CRUL e SCHNEIDER, 2010).

Os cientistas sociais têm igualmente observado que, apesar da reação violenta em todo o continente contra o multiculturalismo, as localidades continuam muitas vezes a sustentar políticas que adaptam suas instituições à diferença imigrante (CRUL e SCHNEIDER, 2010, p. 1257). No Reino Unido, as minorias étnicas e raciais ainda recebem frequentemente apoio financeiro e tratamento diferenciado por parte dos governos das cidades (MEER e MODOOD, 2009, pp. 479, 485). Na França, as grandes escolas instituíram “procedimentos administrativos especiais” para aumentar o número de estudantes em situação desvantajosa; há um “alvorço de diversidade” entre as grandes companhias; e “acordos-quadro” para aumentar a contratação de minorias têm sido assinados por sindicatos, grandes empresas e ramos inteiros da burocracia nacional (VERTOVEC e WESSENDORF 2010b, p. 19). Em grandes cidades europeias como Copenhague, Stuttgart, Viena, Zurique e Dublin, “práticas de diversidades” têm sido embutidas nas políticas institucionais correntes (CLIP, 2008, p. iii; *The Economist*, 2008 a; FAIST, 2009; HEDETOFT, 2010, p. 118; SCHÖNWÄLDER, 2010, pp. 158-63; VERTOVEC e WESSENDORF, 2010b, pp. 19-21).

Esses relatos factuais, entretanto, não dizem quase nada sobre como essas mudanças nas realidades estruturais da imigração estão sendo subjetivamente compreendidas pelos grupos centrais da Europa, ou se elas têm sido de fato percebidas. No seu relatório para o Comitê Parlamentar de Inquérito Holandês em 2004, Duyvendak, Pels e Rijkschroeff (2009, p. 135) concluem que “os fatos não corroboraram a crença popular de que a integração socioeconômica tivesse fracassado”, mas eles não fazem nenhum esforço para medir, muito menos explicar, essa crença popular errônea. No seu relatório otimista sobre as políticas de “igualdade e diversidade” da União Europeia, o Conselho da Europa

circunscreveu cuidadosamente seu mandato para criar “condições que possam conduzir à coexistência pacífica entre migrantes e outros residentes” (CLIP, 2008, p. 2; Cf. Comissão das Comunidades Europeias, 2007; A Organização Gallup, 2007). A coexistência pacífica é uma condição aplicada a uma trégua entre grupos combatentes. Não é uma descrição das relações que visualizamos dentro de uma ordem social democrática e inclusiva.

Thomas Faist (2009, p. 179) observa que, ao considerar a “lamentável” existência da segregação étnica contemporânea, os críticos do multiculturalismo “citam a diversidade étnica como a causa real, sem examinar até que ponto as mudanças macroestruturais “são responsáveis. A questão sociológica de fato premente é por que não o fazem. Concebendo a imigração primariamente em termos econômicos, demográficos e estreitamente políticos, os pesquisadores empíricos têm omitido em grande parte os significados da imigração e as emoções que esses *significados* criam (ALEXANDER, 2003). A imigração não é simplesmente um fato comportamental. É também um símbolo, e os símbolos são construídos a partir da diferença. Os imigrantes são imaginados tanto quanto são descritos (Cf. GONZALEZ et al. 2008). Tais imagens coletivas são uma questão para a sociologia cultural, e não para a demografia (SCIORTINO, 2012; TRONDMAN, 2012).

Teorizando a Diferença e a Solidariedade

As respostas emocionais à imigração nos dizem relativamente pouco sobre a situação objetiva, mas muito sobre a condição da solidariedade social. A solidariedade diz respeito ao sentido de conexão, uma questão de sentimento e significado. O modo como uma comunidade reage à imigração é uma questão de identidade coletiva. Quem somos nós, e quem não somos? Quem são eles, e quem não são?

A teoria sociológica não está bem preparada para discutir as questões de solidariedade e diferença, especialmente quando essas se relacionam com o lado escuro da modernidade (ALEXANDER, 2013). Os teóricos clássicos e modernos estavam por demais embaralhados no mito de que, com a chegada da modernidade, a ação e a ordem social se tornava racionalizada. Os desvios da racionalidade e da moralidade esclarecida eram amplamente considerados categorias residuais. O ódio e o preconceito, a violência e a exclusão têm sido abordados como remanescentes pré-modernos, como indicadores de que as sociedades contemporâneas ainda não são bastante modernas. Com mais educação, mais desenvolvimento, mais bem-estar e um melhor sistema legal, supõe a teoria social, tais disposições e reações irracionais vão desaparecer aos poucos.

É óbvio que tal não se dá. Durkheim (1984[1893]) e Parsons (1965) compreendiam a solidariedade como uma dimensão fundamental até da vida social mais moderna, ainda que resistissem a seu lado escuro. Em vez de ser eliminada pela racionalização, a solidariedade permanece um foco principal de sentimento, significado, recompensa e sanção, tão robusta quanto qualquer instituição econômica ou política, tão significativa quanto a religião, tão emocionalmente influente quanto a família. O significado afetivo e moral de “nós” — o que poderia ser chamado “nós-[i]-dade” — é uma força social fundamentalmente estruturante. O outro lado da nós-[i]-dade, igualmente potente, é a diferença: quem são eles, e por que estão aqui?

A experiência da modernidade tornou dolorosamente claro que a solidariedade pode ser estruturada de maneiras surpreendentemente diferentes. As solidariedades “primordiais” amarram a lealdade a grupos, lugares e crenças particulares. Tais laços têm sido centrais para a sociedade humana desde tempos imemoriais. Processos como a abstração cultural, a diferenciação institucional e a expansão territorial criam a possibilidade de um tipo mais

civil de solidariedade (PARSONS, 1971; GEERTZ, 1973; SHILS, 1975b). A solidariedade civil cria laços mais universais, conexões que só parecem ser mais imaginadas que concretas. Em nome de preocupações éticas, a solidariedade civil permite a separação e a crítica do que antes parecia imutavelmente obrigatório, laços primordiais e restritivos.

405

A variação na forma de solidariedade está intimamente ligada ao modo como é construída a diferença. Quanto mais civil a solidariedade, tanto mais provável que os sentimentos de conexão possam ser ampliados a ponto de incluir outros aparentemente diferentes. Quanto mais os laços de solidariedade de cada um são experimentados como primordiais, tanto menos provável que se faça uma conexão positiva com estranhos. A construção variegada da solidariedade é central para explicar a dinâmica da diferença nas sociedades contemporâneas.

Todas as sociedades democráticas modernas, e até aquelas definitivamente menos democráticas, possuem alguma versão de esfera civil. O discurso, as instituições e as microrrelações da esfera civil devem ser considerados como analiticamente distintos — em teoria — e em alguma medida empiricamente distintos — na prática — daqueles que marcam esferas sociais não-civis como o mercado, o estado, a igreja, a escola e a família, e das solidariedades mais *gemeinschaftlich* que definem a etnicidade, o gênero, a sexualidade, a raça e a região.

A esfera civil é uma aspiração. Poder-se-ia conceber esse mundo civil como situado entre instituições e solidariedades não-civis, promovendo um discurso idealizador segundo o qual a justiça — e as distribuições simbólicas e materiais que dela resultam — é calibrada simplesmente à base de alguém ser membro da raça humana. A solidariedade civil sacraliza a autonomia individual, mas impõe simultaneamente responsabilidades morais coletivas. Ser membro dentro da esfera civil significa que, independentemente de seu status em outras esferas sociais, uma pessoa merece ser tratada com respeito e reconhecida como detentora de direitos humanos básicos.

No entanto, e se ainda não se chegou à soleira da porta da esfera civil, mas se está simplesmente a caminho? Ou se estamos apenas nos aproximando do vão da porta? Como é que a esfera civil lida, não com as fronteiras internas vis-à-vis as esferas não-civis, mas com suas fronteiras externas vis-à-vis os membros potenciais de outras coletividades nacionais, regiões e civilizações?

Em termos de seus princípios idealizadores, a esfera civil requer que todos aqueles que estão aqui como cidadãos sejam tratados como membros plenos, quer tenham chegado só recentemente, quer não. Aqueles que foram convidados a estar aqui para satisfazer exigências econômicas ou políticas, ou pela razão moral do asilo, devem ser tratados como hóspedes respeitáveis, mesmo que ainda não sejam cidadãos. Tendo recebido direitos civis, ainda que não políticos, deve-se conceder a esses hóspedes reconhecimento cultural e apoio social proporcional a seu status como seres humanos companheiros; dependendo da extensão de sua residência, deve-lhes ser oferecido um caminho claro para a cidadania. Quanto àqueles que chegaram aqui ilegalmente, sem serem convidados, eles devem ser tratados com justiça sem compromisso com uma incorporação legal. Se eles criam lucros e legitimidade política para os grupos centrais; formam famílias; e participam direta e indiretamente do patrimônio educacional e cultural, deve-se permitir que mudem de status. Eles e seus filhos devem ter a permissão de “se naturalizar”, com o resultado esperado de obterem finalmente a cidadania.

Esses são os “deveriam [shoulds]” e os “devem [oughts]” que definem as obrigações da

esfera civil em termos normativos.⁴ Se o discurso da sociedade civil fosse ideal e as instituições civis independentes [*free-floating* — capazes de movimentos livres], a ação social vis-à-vis os imigrantes e os visitantes temporários seguiria esses “faça[*dos*]” e “não faça [*don'ts*]”. Mas não segue, claro. O discurso da sociedade civil não é simplesmente idealista, e suas instituições estão longe de ser verdadeiramente independentes [*free-floating* — capazes de movimentos livres].

O paradoxo do discurso cultural que circunda a democracia é seu interesse pelo anticivil; estipula energicamente não só quem é merecedor, mas quem não o é. O discurso da sociedade civil não trata apenas do bem democrático, mas do mal antidemocrático. Tem uma estrutura binária que, junto com qualidades que definem a civilidade e a solidariedade, identifica as qualidades corrompidas que incapacitam grupos e indivíduos para participar na vida civil, por exemplo, sendo irracionais em vez de racionais, histéricos em vez de calmos, reservados e não abertos, agressivos e não cooperativos, enganosos em vez de honestos, dependentes em vez de autônomos, egoístas em vez de altruístas. Os lados bom e ruim desse conjunto binário constituem a linguagem da esfera civil.

A estrutura binária de isto-e-não-isto é uma necessidade semiótica, cultural. O significado não é objetivo, mas relacional; só pode ser realizado por meio da diferença. Mas há algo mais que necessidade cultural envolvido nesse ponto. A criação cultural da diferença tem um significado *social* de imensa importância. Vale muito a pena em termos não-discursivos. Em vez de independentes [*free-floating* — capazes de movimentos livres], as esferas civis estão instanciadas em relações sociais realmente existentes. Os “significantes” que compõem as abstrações sagradas do discurso civil ligam-se a “significados” no terreno social mundano. Em vez de serem completamente independentes, as esferas civis reais são restritas pelos caprichos do tempo, lugar e função. Têm pés de barro.

O lado positivo do discurso civil — que motiva a aspiração a reconhecer a “humanidade” como solidariedade operativa — enfrenta o fato de que as esferas civis reais são trazidas à vida dentro de coletividades regionais e nacionais delimitadas. São dirigidas e sustentadas por atores sociais de faixas lingüísticas, raciais e religiosas particulares, que têm ocupado o território da sociedade civil por extensos períodos. Devido a essas particularidades de tempo, lugar e identidade, qualidades não-civis mais primordiais — outras qualidades que não aquelas indicadas pela participação comum no grupo da humanidade — assumem importância social dentro de “sociedades civis reais” (ALEXANDER, 1998). Mesmo na sociedade mais democrática, uma pessoa não é apenas definida como membro da comunidade civil, mas como membro da tribo. Não é que essas qualidades não-civis mais particulares substituam o discurso idealizador sobre os laços civis. O que elas fazem é antes curvá-lo em direção aos seus próprios objetivos. Eis o orgulho e o preconceito que limitam as aspirações civis até nos mais democráticos estados-nações. Nas sociedades civis reais, há uma hierarquia de qualidades, arranjada de acordo com as que são consideradas mais e menos capazes de promover a participação civil. “Acontece apenas” que aquelas que com mais frequência recebem o sinal verde são as que encarnam as qualidades particulares do grupo central: as pessoas que chegaram cedo, aquelas que têm ancestrais ligados ao terreno sagrado ou as que possuem alguma conexão próxima com quem detinha esse vínculo.

O maior carisma tipicamente ligado às qualidades dos grupos centrais (SHILS, 1975c) é percebido como algo que fortalece a capacidade civil, permitindo que algumas categorias de seres humanos pareçam mais civis que outras. Essa distribuição particularista de um carisma supostamente civil justifica a exclusão e a dominação, especialmente quando com-

binadas com hierarquias que emanam de esferas não-civis, tais como fracasso ou sucesso econômico e político. Na medida em que os imigrantes não possuem carisma central, os visitantes são estigmatizados, independentemente de seu status de cidadania. Muitos imigrantes são tão denegridos que nunca lhes será permitido tornarem-se cidadãos, e nenhum caminho para a naturalização será jamais traçado.

407

Reconstruindo a Sociedade Civil Europeia

O conflito entre qualidades primordialmente puras, que parecem garantir com naturalidade a incorporação civil e a emancipação, e as qualidades corrompidas, que parecem justificar a exclusão e a repressão, marcou a primeira metade sangrenta do século XX na Europa. Os principais antagonismos da Primeira Guerra Mundial foram motivados por essas nacionalidades primordiais; na Segunda Guerra Mundial, a alteridade estava mais afinada com termos raciais e religiosos. Esses ódios alimentaram não só campanhas militares internacionais, “externas” contra liberais, comunistas e nazistas, mas também campanhas genocidas intranacionais, “internas” contra categorias inteiras de povos, judeus, eslavos e ciganos, homossexuais e inválidos.

A comunidade europeia, e mais tarde sua pretensa União, nasceu das brasas acesas desses conflitos. Visava a estender a ampla tenda da esfera civil por todo o continente, subordinando os laços nacionais, étnicos, religiosos e regionais a uma solidariedade “europeia” mais universalista, construída a partir do trauma do passado cruento da Europa. O esforço para criar essa esfera civil europeia fomentou o surgimento de regimes nacionalmente democráticos e foi por eles fomentado (JUDT, 2005)

O projeto europeu pós-guerra foi posto em prática por um grupo cosmopolita, suas regras administradas por uma burocracia centralizada sem a panóplia completa de instituições civis sustentadoras. Mal havia, por exemplo, meios de comunicação que efetivamente atingissem toda a Europa; o alcance da lei da UE era gradual e deficiente; o poder da organização das eleições e dos partidos políticos europeus era mínimo. Entretanto, apesar dessas limitações, o superestado europeu conseguiu reduzir significativamente a percepção de um outro étnico, racial e religioso dentro do continente, e eliminou a possibilidade de que esses sentimentos, se realmente circulassem, viessem a desencadear genocídio ou guerra. Pacificar as relações internas da Europa, entretanto, não ajudou necessariamente a civilizar as relações da Europa com outros que desejavam entrar em seu território vindos de fora. De fato, a nova ideia de uma Europa unificada e pacificada talvez tenha tornado o processo ainda mais difícil, criando uma amnésia coletiva sobre a história dos próprios preconceitos turbulentos da Europa e sua construção desde as primeiras ondas de imigrantes (NELSON, 1970; BADE, 1987; STOVALL, 1998; LUCASSEN, 2005). Certamente, o arranjo pós-guerra na Europa faz parte da história mundial: a inclusão democrática e os estados de bem-estar social em nível nacional; no topo, uma esfera civil europeia relativamente cosmopolita, supranacional. O perigo é que esse arranjo também gerou uma reação igual e oposta, criando uma Europa Fortaleza vis-à-vis o mundo exterior. Quando essa fortaleza se confrontou com o tsunami da globalização, o resultado foi agitação social.

O Novo “Outro” Imigrante

Durante os séculos da expansão colonial da Europa, os outros não-ocidentais — ao menos aqueles não escravizados — eram compelidos a permanecer em seu lugar periférico. Não lhes era permitido ingressar na metrópole do próprio colonizador. O mundopós-colonial que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial minou o arraigamento territorial desses

não-ocidentais. Essa mudança foi facilitada por oportunidades globais dramaticamente maiores de movimento e comunicação, além de ser intensificada pelo encolhimento demográfico da população trabalhadora da Europa.

408

Números significativos de outros não-europeus começaram a chegar à Europa Ocidental. Eram convidados por razões políticas e econômicas, não porque — ao menos no início — os grupos nacionais quisessem na verdade expandir seus núcleos civis supostamente homogêneos (*Die Zeit*, 2011). Em 1960, quando veio a se realizar a recuperação econômica pós-guerra, os outros não-ocidentais eram “importados” como mão-de-obra manual não qualificada. Apareceram programas em grande escala de *Gastarbeiter* (trabalhador convidado) (Cf. TOPCU, 2011; TOPCU e ULRICH, 2011) na Alemanha, Suíça e Áustria, e pouco depois, ainda que de forma menos evidente, também em outras nações europeias. Em outros países europeus, abrir para a imigração não-ocidental era uma questão de fracasso imperial a desencadear uma nova estratégia pós-colonial. Reagindo à sua perda de colônias com uma mistura de prurido e dignidade, a Grã-Bretanha e a França abriram suas esferas civis nacionais aos antigos colonos (MEER e MODOOD, 2009). A Holanda fez o mesmo, garantindo direitos civis plenos para os imigrantes do Suriname e das Antilhas. Por fim, milhões de antigos colonos migraram para as metrópoles, com a cidadania imediata ou definitiva garantida. O número de imigrantes não-ocidentais foi também inchado, particularmente na Escandinávia, por novas políticas oferecendo asilo generoso a vítimas não-ocidentais de perseguição política, étnica e religiosa (por exemplo, VITUS e LIDÉN, 2010; VALENTA e BUNAR, 2010; LARSEN, 2011; OLWIG, 2011).

No começo da década de 1970, as condições iniciais que desencadearam a expansão da imigração tinham diminuído ou mudado. As economias pós-guerra se estabilizaram, os programas de trabalhadores convidados terminaram, e a porta aberta a antigos colonos foi fechada (SCHAIN, 1999, PP. 207-8). Embora a maioria dos trabalhadores convidados do interior da Europa tivesse retornado a seu país natal, muitos vindos de fora da Europa permaneceram. As proteções constitucionais impediram que fossem repatriados à força. As políticas de transferência da família permitiram que a eles se juntassem suas famílias, e suas taxas de nascimento excederam em muito a fertilidade dos grupos nativos. Na década de 1980, os imigrantes de fora da Europa tinham se tornado uma presença significativa dentro do continente. Hoje mais de 32,5 milhões de residentes são não-nacionais (aqueles que não são cidadãos de seu país de residência), cerca de 6,5 por cento de toda a população europeia (VASILEVA, 2011), e a porcentagem é mais elevada na parte ocidental. Na Alemanha, o número é quase nove por cento (VASILEVA, 2011), e em muitas cidades maiores bem mais elevado, algo entre 15 e 40 por cento. Dentro dessas áreas urbanas, a residência imigrante em áreas economicamente desfavorecidas é com frequência ainda mais concentrada.⁵

Tendo sido trazidos para dentro do território europeu por razões de economia e estado, os *outsiders* imigrantes enfrentavam então a questão de saber se lhes seria permitido tornarem-se membros da esfera civil. Isso se revelou afluente de responder. Em 1969, um relatório de política influente para o Conselho Econômico e Social Francês referia-se ao novo “influxo de origem não-europeia, e principalmente... o fluxo do Magrebe”, e afirmava, como um fato autoevidente, que esses migrantes constituíam “uma ilha inassimilável” (SCHAIN, 1999, p. 207). As qualidades primordiais desses visitantes não eram apenas diferentes deste ou daquele grupo central nacional, mas marcadamente distintas daqueles que tinham historicamente definido a própria Europa (ZOLBERG e WOON, 1999, p. 7). Os imigrantes não eram ocidentais; não eram cristãos; não eram

brancos. Não vinham de sociedades consideradas modernas, mas das chamadas sociedades orientais, da África, Turquia, Arábia e Ásia do Sul, todas constituindo países que tinham sido conquistados pelo Ocidente. Além disso, se havia uma qualidade unindo esses imigrantes étnica e racialmente discrepantes, era a característica historicamente mais estigmatizada de todas — sua religião muçulmana. A batalha entre a Europa cristã e o Islã tinha se estendido por seis séculos, desde a primeira Cruzada em 1099 até os sítios otomanos de Viena, com a longa ocupação da Península Ibérica no período intermediário. Por três séculos, o Ocidente fora capaz de se declarar vitorioso nesse confronto milenar, mas, com o fim do colonialismo, a batalha tinha sido ferozmente retomada. Na transição do Pan-arabismo de Nasser para o surgimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Organização de Libertação da Palestina (OLP), a Revolução Iraniana, as Guerras do Golfo e do Iraque e o terrorismo da Al-Qaeda, a imagem do Islã árabe foi configurada de maneiras aparentemente mais agressivas e anticívicas (ZOLBERG e WOON, 1999, PP. 7-9). Para um número crescente de membros da esfera civil europeia, os antigos inimigos do exterior estavam se tornando os novos imigrantes do interior.

A Resistência ao Multiculturalismo

Uma resposta a essa superdiversidade demográfica foi empreender a árdua tarefa de tornar a esfera civil europeia mais independente [*free-floating* — capaz de movimentos livres], separá-la ainda mais das qualidades do grupo central tradicional e começar a avaliar positivamente, em vez de denegrir, as origens, os costumes, a cor da pele e a religião não-ocidentais. Ao menos até o início da década de 1990, havia sinais de que as massas e elites europeias estavam realmente se movendo nessa direção. Os indianos, os paquistaneses, os magrebinos e as etnias do Oriente Médio certamente alteraram a fisionomia da Europa. Surgiram enclaves étnicos economicamente produtivos. Na Grã-Bretanha e nos Países Baixos, os pratos temperados com caril e as saladas de arroz desafiavam a salsicha e o chucrute, os *bangers and mash* [salsichas com purê de batata]. O acesso dos imigrantes à educação foi racionalizado; foram feitas acomodações urbanas em relação a diferenças religiosas e culturais; e um punhado de figuras não-ocidentais entrou nas elites políticas e culturais da Europa. Na França, Grã-Bretanha, Países Baixos e Escandinávia, às vezes até na Alemanha, tanto figuras políticas liberais e socialistas como cientistas sociais proclamaram que a oportunidade histórica para criar uma nova Europa multicultural e pós-nacional estava ao alcance da mão (por exemplo, SOYSAL, 1994; VERTOVEC, 1996; CAGLAR, 1997; MODOOD e WERBNER, 1997; SOYSAL, 1998); o mesmo disseram muitos intelectuais públicos. Stuart Hall falou celeberramente sobre a “reformulação da imagem da Grã-Bretanha” e um novo sentido de “negritude plural” (MODOOD, 2009, p. 243).

Entretanto, mesmo durante essas primeiras décadas, a nova imigração não-ocidental estava também engendrando reações definitivamente menos acomodáticas (BADE, 1994). Para muitos europeus, era como acordar depois de uma noite de autoindulgência pós-guerra sem uma pílula do dia seguinte. Enoch Powell, membro Tory do Parlamento, proferiu seu incendiário discurso “rios de sangue” em 1968 (GRILLO, 2010, p. 51). No final da década de 1990, esses espasmos de antagonismo estavam se congelando numa reação violenta mais ampla contra desvincular a esfera civil europeia de seus fundamentos primordiais. Na década de 2000, o multiculturalismo estava sendo abandonado por intelectuais e líderes políticos tanto da esquerda como da direita. Os eventos de 11/9 deram um forte impulso a essa reação crescente, e expressões de repulsa e hostilidade se espalhavam por toda parte, mesmo de maneira irregular, dentro da cultura de massa da Europa.⁶

Essa virada cultural ridícula denegriu as práticas e lugares públicos do islã, incluindo-os nas categorias negativas do discurso civil. Os que protestavam colocavam cabeças de porco na frente das mesquitas, borrifavam urina e sangue de porco nos vãos das portas, e desfiguravam muros de culto muçulmano com graffiti (ALLIEVI, 2009). Em 2009, os suíços aprovaram um referendo nacional proscrevendo os minaretes (GOLE, 2011), e o líder político extremista holandês Geert Wilders começou a declarar que as mesquitas eram palácios do ódio (ALLIEVI, 2009; DutchNews.nl, 2011; ERLANGER, 2011). Um grupo de importantes cartunistas dinamarqueses atacou o profeta Alá, apresentando-o como um tirano de poucas luzes, um bufão e um arrogante maldoso (HEDETOFT, 2010). Em 2011, a República Francesa finalmente tornou ilegal que as meninas e as jovens nas escolas públicas usassem o tradicional véu. Ao longo de duas décadas de debate público acrimonioso (BOWEN, 2007), o véu tinha sido construído como um sinal de submissão à autoridade patriarcal e ao dogma religioso, apesar de evidência contrária apresentada por cientistas sociais (GASPARD e KHOSROKHAVAR, 1995) e frequentemente pelas próprias usuárias. Negando cidadania a uma marroquina plenamente coberta por um véu em 2008, um ministro conservador francês chamou o niqab de “prisão” e “camisa de força”, insistindo em que “não é uma insígnia religiosa, mas o sinal de um programa político totalitário, que promove a desigualdade entre os sexos e não tem absolutamente sentido numa democracia”. A mulher respondeu, “eles dizem que estou sob o comando de meu marido [mas] quero lhes dizer: é minha escolha” (BENNHOLD, 2008; Cf. BARCHFIELD, 2010). Escrevendo no jornal esquerdista *Guardian*, o Ministro das Relações Exteriores britânico Jack Straw (2006; Cf. WHEATCROFT, 2006), a quem o jornal conservador *Times* certa vez descreveu como o único “homem decente” na política britânica, também denegriu agressivamente a indumentária das islâmicas. Enfatizando a oposição binária entre o sagrado civil e o profano anticivil, Straw denunciou a “incongruência” entre “o fato do véu” e “os símbolos que indicam laços comuns”. Straw (2006) sugeria que tal cobertura tornava impossíveis relações honestas cara a cara: “Eu me sentia desconfortável tendo de falar “cara a cara” com alguém que não podia ver [porque] não conseguia perceber o que a outra pessoa queria dizer, apenas escutar o que diziam”. Concluía que “essa afirmação visível de separação e diferenças” como “o uso do véu pleno” estava fadada a “tornar mais difícil a possibilidade de relações positivas e melhores entre as duas comunidades”.

Na medida em que as práticas e os lugares muçulmanos são construídos como perigosamente anticivis, a presença dos muçulmanos ameaça a democracia europeia. Na metade da última década, pesquisas de opinião por toda a Europa relatavam que “uma vasta maioria sente que seu país atingiu os limites da diversidade cultural ou étnica” (COENDERS, LUBBERS e SCHEEPERS, 2004, p. 3). Quatro em dez daqueles que responderam a enquete opuseram-se a conceder direitos civis até mesmo a imigrantes legais, e um terço dos entrevistados apoiava a repatriação. Segundo esse grupo de reação violenta, as políticas multiculturais é que criavam a segregação das sociedades europeias. O problema era respeito demais pela diferença islâmica, uma não discriminação antimuçulmana e as desvantagens sociais. Em 2005, uma pesquisa de opinião MORA encomendada pela BBC (BBC News, 2005) relatou que um terço dos cidadãos da nação acreditava que o multiculturalismo “ameaça o modo de vida britânico”, vendo-o como “incompatível com os valores da democracia britânica”, e que um pouco mais da metade concordava que “algumas regiões de nosso país já não parecem britânicas por causa dos imigrantes”. Em 2007, o líder conservador David Cameron equiparou o multiculturalismo ao “separatismo cultural”, denunciando-o como um “enfraquecimento deliberado de nossa identidade coletiva” (*The Economist*, 2007). Nesse mesmo ano, *The Economist* informava que “uma nova obscenidade entrou no léxico, junto

com a anatômica e a blasfema: o multiculturalismo” (The Economist, 2007). Em 2008, a Ministra do Trabalho Hazel Blears declarou que a Grã-Bretanha não deveria correr o “risco de usar dinheiro público em projetos que poderiam desnecessariamente manter as pessoas apartadas” (The Economist, 2008b), e Cameron chamou o multiculturalismo uma “doutrina errada” e “desastrosa” que instituiu, “bem literalmente, um apartheid legal” (Mail Online, 2008). O que o redator de discurso para o Ministro do Interior David Blunkett chamava a nova “palavra que começa com m” (em VERTOVEC e WESSENDORF, 2010b, p. 14) denotava, segundo um colunista britânico muito lido, nada menos que uma política de “coerção do estado”, que “reprime os debates” e é “cruelmente policiada por um exército de burocratas” (PHILLIPS, *apud* VERTOVEC e WESSENDORF, 2010b, p. 7). Os franceses falavam de “balcanização” e “comunitarismo” (Simon e Sala Pala 2010, p. 92), os alemães de “sociedades paralelas” (VERTOVEC e WESSENDORF, 2010b, p. 8). Wilfred Schäuble (2006), o poderoso Ministro do Interior democrata-cristão da Alemanha, explicava: “Se quisermos nos sentir parte de uma coletividade, deve haver alguma coisa que nos una num nível humano mais profundo, num nível de religião e cultura, valores e identidade”.

Os intelectuais forneciam justificativas retóricas aparentemente sofisticadas para a reação violenta contra os muçulmanos. Em concordância com os pronunciamentos ruidosos de Samuel Huntington (2004) sobre a incapacidade civil dos recentes imigrantes hispânicos nos Estados Unidos, intelectuais conservadores da Europa alertavam por toda parte contra as qualidades islâmicas, por elas serem debilitantes para as sociedades democráticas (PRINS, 2002). Em 2005, por exemplo, a influente comentarista italiana Oriana Fallaci disse ao *Wall Street Journal*:

A Europa não é mais a Europa, é a “Eurásia”, uma colônia do Islã, onde a invasão islâmica não prossegue apenas num sentido físico, mas também num sentido mental e cultural. A subserviência aos invasores tem envenenado a democracia, com óbvias consequências para a liberdade de pensamento, e para o próprio conceito de liberdade. (FISHER, 2006)

Cinco anos mais tarde, o escritor alemão conservador Hans Monath (2010) declarou em *Der Tagesspiegel*: “O Islã não é parte da Europa. Ao longo de séculos, o Islã sempre foi um adversário da Europa. O Islã não se tornou parte da cultura ou da vida social da Alemanha, quer em termos de lei, política ou pensamento constitucional” (Cf. HUNTINGTON, 1996; CALDWELL, 2009). De modo ainda mais surpreendente, e certamente mais revelador do alcance do sentimento de reação violenta, muitos pensadores liberais e socialistas também protestaram contra a imigração islâmica, citando princípios políticos transcendentais ou a realidade pragmática. Segundo o cientista político americano Robert Putnam (2007), seus estudos quantitativos demonstravam que a diversidade social destrói o capital social (mas ver PORTES e VICKSTROM, 2011). O sociólogo alemão Christian Joppke (2004, 2008; JOPPKE e LUKES, 1999) tem afirmado que os princípios supostamente comunalistas do multiculturalismo escarnecem do espaço presumidamente neutro, não discriminatório da esfera pública liberal (mas ver KIVISTO, 2012). Em 2000, o sociólogo holandês e social-democrata Paul Scheffer (2000) publicou um longo ensaio crítico num proeminente jornal vespertino, o *NCR Handelsblad*. “O Drama Multicultural” tornou-se uma das mais influentes polêmicas intelectuais e políticas do movimento emergente da reação violenta contra o multiculturalismo. Recordando afetuosamente o dia em que “a elite política... costumava possuir uma clara missão civilizadora”, Scheffer (2000) declarou que “a integração mantendo a identidade é uma mentira piedosa”, denunciou “o castelo de cartas que é a sociedade multicultural”, e convocou todos a restaurar a “imparcialidade” e a “barganha brutal” da assimilação (Cf. EYERMAN, 2008).⁷

Se o multiculturalismo é incisivamente desacreditado, mas os imigrantes islâmicos estão na Europa para ali permanecer, a única solução é purificar suas qualidades corrompidas. Governadas pela esquerda ou pela direita, uma nação europeia após a outra tem passado, às vezes com sutileza, mas muito mais frequentemente com crescente franqueza e nitidez, da atitude de acalentar um modo de incorporação mais multicultural para a de exigir outro mais assimilativo. Em vez de falar explicitamente sobre homogeneidade e assimilação, essa nova postura é amplamente descrita como “integração cívica” (CARRERA, 2006, p. 19).

Em 2004, David Goodhart (2004), o presidente da Comissão de Oportunidades Iguais da Grã-Bretanha, declarou que, como ‘a maioria de nós prefere estar com a própria gente’, as nações têm o direito de tornar “as histórias partilhadas e os valores similares” um pré-requisito para a incorporação social. Em 2006, Oxford Analytica (2006) representou essa nova política que passa do reconhecimento da diferença para uma ênfase na “lealdade, integração e valores europeus”. Em 2007, a Comissão sobre Integração e Coesão do governo trabalhista publicou o muito alardeado *Our Shared Future*. Em seu prefácio ao relatório, o presidente da Comissão, Darra Singh (2007, p. 3), descreveu o objetivo de criar uma “sociedade forte onde a civilidade e a cortesia sejam a norma”.

Essa mudança na construção cultural tem causado um crescente efeito material. Políticas mais duras de imigração e naturalização foram um resultado imediato. Durante o desenrolar da última década, foram criados os chamados “testes de cidadania” como barreiras maciças à incorporação dos imigrantes (BAUBÖCK e JOPPKE, 2010; GOODMAN, 2010, 2011, 2012b). Em vez de se concentrarem em fatos impessoais e universalistas relacionados à duração da residência, ao registro de trabalho e ao status legal, os novos critérios exigem que os futuros cidadãos demonstrem familiaridade com tradições nacionais particularistas. O teste britânico pergunta o que fazer num bar, quando seu vizinho derrama cerveja no seu colo (HAMSEN, 2010). O holandês pergunta sobre homossexualidade, nudismo, normas das roupas femininas, ateísmo, e isenta os ocidentais de fazer o teste (MICHALOWSKI, 2010; ORGAD, 2010; Cf. GROENENDIJK e VAN OERS, 2010; PRINS e SAHARSO, 2010). Os testes do estado austríaco interrogam sobre nomes e datas de batalhas históricas (MICHALOWSKI, 2010), os exames alemães sobre poligamia e cultura cristã (Bundesamt für Migration und Fluechtlinge, 2008). Alguns dados recentes sugerem que esses novos testes de cidadãos têm elevado substancialmente as taxas de insucesso e reduzido dramaticamente a cidadania e a naturalização (GOODMAN, 2010; GROENENDIJK e VAN OERS, 2010; GOODMAN, 2011, 2012 a):

Na Alemanha, as crescentes exigências que são feitas quanto à proficiência dos candidatos em língua alemã acabaram com grande parte dos efeitos positivos que a liberalização da lei da nacionalidade inicialmente produziu sobre as taxas de naturalização. Nos Países Baixos, as taxas de naturalização têm diminuído de forma significativa desde a introdução de requisitos mais rigorosos no que diz respeito ao conhecimento da língua. (KOOPMANS, 2012, p. 27)

Outros dados recentes (ver relatório de Vasileva 2011 usando números de Eurostat) parecem indicar que, apesar dessas medidas restritivas, a imigração na Europa, legal e irregular, prossegue em ritmo acelerado.⁸

Quando realmente chegam, os novos imigrantes encontram endurecidas e mudadas as regras para a verdadeira concessão da cidadania. Os franceses reescreveram seu Código Civil, pois se antes concediam a cidadania a filhos de imigrantes no nascimento, passaram a esperar que atinjam a maioridade com a idade de dezoito anos. Mesmo então, os filhos dos imigrantes devem mostrar que estão “bem assimilados aos costumes e maneiras” *à la française* (BOWEN, 2007, p. 52). Sob uma nova rubrica chamada “cidadania merecida”, os britânicos agora exigem um período de experiência de três anos (CHOURDURY, 2011).

Na Alemanha, futuros cidadãos devem passar 600 horas aprendendo a língua alemã (GRIESHABER, 2005; *Deutschland Today*, 2012). Na Dinamarca, são obrigados a frequentar cursos cívicos à sua própria custa, e os membros da família dos imigrantes dinamarqueses naturalizados devem esperar três anos para reunir-se a eles, devendo também passar por um teste de familiaridade (HEDETOFT, 2010).

413

Na violenta reação europeia contra o multiculturalismo, há mais do que sentimentos denegridores, ações discriminatórias, e até mesmo as recentes leis e políticas restritivas. Sob o pretexto de exigir assimilação a valores democráticos comuns, partidos políticos extremistas têm adentrado agressivamente o palco europeu (BEREZIN, a sair em breve). Demagogos populistas cuspidos ódio ganharam, não só pódios públicos, mas poder parlamentar na Suécia, Finlândia, Dinamarca, França, Itália, Suíça, Países Baixos e Grécia. Há também um aumento incendiário de milícias extraparlamentares que passam da retórica para a violência direta. Na Alemanha, o Bureau para a Proteção da Constituição informou recentemente que há 25.000 alemães ativos nesses grupos da extrema direita (Ministério Federal Alemão do Interior, 2011). Na Noruega, em 22 de junho de 2011, Anders Breivik massacró setenta e sete pessoas em Oslo e Utoeya, a maioria crianças e jovens. Apresentando-se como um Cavaleiro Templário numa cruzada (LEWIS e COWELL, 2012), seu manifesto assustador afirmava ecoando a lógica anticivil da violenta reação europeia denegridora: “Por toda a Europa, as elites multiculturais estão travando uma guerra total contra suas populações. Sua meta é continuar a estratégia da migração em massa que resultará na Europa Islâmica — uma Europa sem liberdade: a Eurábia” (citado em RING, 2011, p. 8).

Conclusão

Por algum tempo, durante as últimas décadas do século XX, parecia que uma Europa globalizada e pós-nacional poderia escapar às coações duras da absorção assimilativa. O que veio a acontecer, entretanto, é uma luta intensiva sobre o modo de incorporação. A possibilidade de abrir os grupos centrais da Europa aos *outsiders* muçulmanos não-ocidentais desencadeou um movimento de reação violenta, tanto entre as elites como entre as massas. Essa é certamente uma luta política e social, mas em seu fundamento estão questões de cultura, estruturas de sentimento que, para muitos, tornam inconcebível que islâmicos não-ocidentais, não-brancos — com suas aparências físicas, práticas religiosas, crenças políticas e compromissos de gênero pouco familiares — possuam as virtudes requeridas para participar civilmente das sociedades democráticas. Entretanto, dezenas de milhões dessas pessoas estigmatizadas estão na Europa para ficar, e as realidades demográfica e econômica apontam que sua porcentagem da população só crescerá. Quando essas pessoas tentam passar da esfera econômica para a civil, as instabilidades empíricas da incorporação assimilativa têm sido vividamente reveladas. Permitir que as pessoas, mas não as suas qualidades, sejam incorporadas reforça os preconceitos fundamentais dos grupos centrais. O aviltamento dessas qualidades deve ser questionado e mudado. As estruturas da cultura das sociedades civis reais precisam ser alargadas para que os *outsiders* se tornem mais familiares que estranhos. Somente tornando-se multicultural é que a Europa será capaz de preservar seus valores democráticos no mundo globalizante que ela confronta hoje em dia.

Agradecimentos

Meus agradecimentos a Elisabeth Becker por sua excelente assistência de pesquisa, e a Giuseppe Sciortino, Oeter Kivisto, Martin Sauter, Nadya Jaworsky, Volker Heins e Andreas Hess por suas sugestões críticas. Uma versão anterior desse artigo foi apresentada à Conferência da Pesquisa sobre Migração Nórdica em Turku, Finlândia, em agosto de 2012.

Cite este Artigo

414

ALEXANDER, Jeffrey C. Lutando a respeito do modo de incorporação – reação violenta contra o multiculturalismo na Europa. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol. 5 | N. 2, pp. 399 – 426, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Embora em décadas recentes os EUA, apesar da imigração maciça, tenham lidado *relativamente* com mais sucesso com a etnicidade e religião dos *outsiders* (Schuck 2009), suas dificuldades históricas com o caráter socioeconômico dos *outsiders* – a incorporação de classe – tornou-se mais evidente. Esses problemas têm sido exacerbados pelo fenômeno da classe inferior, na qual o status de classe baixa, agravado pela desindustrialização, tornou-se entrelaçado com a raça estigmatizada (Wilson 1987). A ressalva “relativamente” é importante nesse ponto. Os americanos expressam frequentemente uma intensa hostilidade à imigração hispânica e reservas quanto ao Islã, que vão de uma postura meramente cética a outra agressivamente afrontosa (Abdo 2006; Ahmed 2007; Shane 2011). Entretanto, enquanto o islã constitui a identidade religiosa dominante entre os imigrantes recentes na Europa, os imigrantes mais estigmatizados nos EUA – os hispânicos – são cristãos. Nos EUA, em outras palavras, a religião do grupo imigrante dominante coincide em parte com a do grupo central, enquanto na Europa opõe-se a ela (cf. Casanova 2009). Sobre o grau de complementaridade como um prognosticador de sucesso incorporativo, ver Alexander (1980).

2. Na seguinte discussão, “Europa” designa sobretudo o que tem sido tradicionalmente compreendido como sua parte “ocidental”. A Europa “oriental” pós-soviética não tem sido um destino principal para a nova imigração, antes ela própria tem contribuído para a migração rumo ao Ocidente.

3. A Alemanha é uma exceção marcante, com taxas muito mais baixas de mobilidade educacional dos imigrantes; a Suíça e a Áustria têm taxas mais elevadas que a Alemanha, mas nem chegam perto das taxas mais elevadas da maioria das outras nações europeias (*Der Spiegel* 2007; Reimann 2010).

4. Essa compreensão das obrigações da esfera civil vis-à-vis a imigração diverge pronunciadamente da interpretação mais restritiva dos princípios rawlsianos evocados por Christian Joppke (por exemplo 2004, 2008) em seus ataques “liberais” contra as reações multiculturais à imigração. No presente ensaio, e mais sistematicamente em *The Civil Sphere* (Alexander 2006), proponho uma compreensão da incorporação multicultural que desafia os tipos de alegações, também propostas por Joppke e Lukes (1999, p. 5), que asseveram que “o multiculturalismo surge como uma crítica ao universalismo e liberalismo ocidental”, e que ele privilegia “ontologicamente o grupo em detrimento do indivíduo”

(Joppke e Lukes 1999, p. 5). Nos conflitos empíricos aqui considerados, é mais provável que as reivindicações comunitárias em nome da cultura do grupo sejam o inimigo, e não o amigo, do multiculturalismo. Não é o multiculturalismo, mas a violenta reação contra ele, que promove o que Joppke e Lukes (1999, p. 4) criticam como a “elevação sociomoral do grupo primordial acima das identidades e lealdades dos cidadãos em toda a sociedade”.

415

5. Por mais significativos que sejam, esses números não fazem justiça à extensão da imigração na Europa, pois eles medem apenas imigrantes que permaneceram não-nacionais. Se fôssemos medir todos os residentes de formação estrangeira, uma categoria que incluiria imigrantes e filhos de imigrantes que se tornaram cidadãos, mas ainda podem exibir diferenças culturais marcantes dos grupos centrais tradicionais, o número aumentaria muito. Mais que dobra, por exemplo, na Alemanha, onde relata-se que 20 por cento dos residentes têm uma “formação estrangeira” (Hossmann e Karsch 2011).

6. A afirmação de que as qualidades dos imigrantes islâmicos são anticívicas é incitada por sua equiparação com a violência jihadista. Fundir qualidades exibidas por grupos terroristas numericamente diminutos com o status ético e as capacidades democráticas de uma religião mundial é profundamente desorientador. Embora a preocupação com o terrorismo islamita radical seja justificada, fazer com que a exclusão civil pareça autoproteção sensata não o é.

7. Essas caricaturas intelectuais do multiculturalismo como particularista e divisionista ecoam os primeiros manifestos filosóficos inspirados pela política da identidade (por exemplo Young 1990), que conceitualizou o multiculturalismo como algo que enfatiza o reconhecimento da diferença às custas da solidariedade civil amplamente partilhada. Embora em si mesma evasiva quanto a teorizar a identidade, a abordagem influente de Will Kymlicka (1995) sobre o multiculturalismo complementava esse modo “ralo” de encarar a solidariedade nacional, concentrando-se nos direitos dos povos internamente colonizados, por exemplo, os canadenses franceses e os primeiros povos nativos, a praticar suas culturas distintivas desde que reconhecendo os direitos meramente legais da maioria (cf. Meer e Modood 2012). Essas ênfases ignoram o trabalho cultural “denso” envolvido, quando grupos centrais se tornam abertos à diferença, de um lado, e grupos de fora tornam-se socializados e incluídos no discurso da sociedade civil, de outro. É em grande parte por causa desse discurso ralo entre os primeiros advogados multiculturais que os sociólogos empíricos começaram a exigir, há uma década, o retorno a uma ideia revisada de assimilação (por exemplo Brubaker 2001; Alba e Nee 2003; Kivisto 2005). Da perspectiva do presente ensaio (cf. Alexander 2006), entretanto, a densidade da incorporação contemporânea não pode ser conceitualizada como assimilação, pois a última enfatiza abandonar a diferença pela homogeneidade. Em oposição à assimilação tem surgido um novo modo de incorporação, e é precisamente a diferença entre esses modos que

precisa ser teorizada (cf. Wiewiorka 1998; Kymlicka 2011; Meer e Modood 2012).

416

8. Medidas agregadas podem camuflar a natureza de efeitos particulares. Como apontou Sarah Wallace Goodman (comunicação pessoal 9 de setembro de 2012), novas exigências integrativas restritivas não visam a reprimir toda a imigração; elas deixam relativamente intocadas algumas categorias de imigrantes como os altamente qualificados e os que buscam asilo. Além disso, algumas das novas medidas de integração cívica são dirigidas a residentes permanentes que já migraram.

Referências Bibliográficas

ABDO, GENEIVE 2006 *Mecca and Main Street: Muslim Life in American after 9/11*, New York: Oxford University Press

AHMED, AKBAR 2007 *Journey into Islam: The Crisis of Globalization*, Washington DC: Brookings Institution Press

ALBA, RICHARD e NEE, VICTOR 2003 *Remaking the American Mainstream: Assimilation and Contemporary Immigration*, Cambridge, MA: Harvard University Press

ALEXANDER, JEFFREY C. 1980 'Core solidarity, ethnic outgroup, and social differentiation: a multidimensional model of inclusion in modern societies', in Jacques Dofny e Akinsola Akiwowo (eds), *National and Ethnic Movements*, Beverly Hills, CA: SAGE, pp. 5-28

___ 1998 (ed.) *Real Civil Societies*, London: SAGE

___ 2003 *The Meanings of Social Life: A Cultural Sociology*, New York: Oxford University Press

___ 2006 *The Civil Sphere*, New York: Oxford University Press

___ 2013 *The Dark Side of Modernity*, Cambridge: Polity

ALLIEVI, STEFANO 2009 *Conflicts over Mosques in Europe: Policy, Issues, and Trends*, London: Network of European Foundations

BADE, KLAUS J. (ed.) 1987 *Population, Labour and Migration in 19th- and 20th-Century Germany*, Leamington Spa: Berg

___ 1994 'Immigration and social peace in united Germany', *Daedalus*, vol. 123, no. 1, pp. 85-106

BARCFIELD, JENNY 2010 'France denies citizenship to man with veiled wife', [Salon.com, 4 fevereiro. Disponível em: http://www.salon.com/2010/02/04/eu_france_muslim_veil [Acesso em 6 dezembro 2012]

BAUBÖCK, RAINER e JOPPKE, CHRISTIAN (eds) 2010 *How Liberal Are Citizenship Tests?*, EUI Working Papers 41, Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, EUDO Citizenship Observatory

- BBC NEWS 2005 'UK majority back multiculturalism: the majority of British people think multiculturalism makes the country a better place, a BBC poll suggests', BBC News, 10 agosto. [Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/4137990.stm] [Acesso em 6 dezembro 2012] 417
- BENNHOLD, KATRIN 2008 'A Muslim woman too orthodox for France', *The New York Times*, 18 julho. [Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/07/18/world/europe/18iht-france.4.14618011.html?pagewanted=all>] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- BEREZIN, MABEL a ser publicado 'The normalization of the Right in post-security Europe', in Armin Schaefer e Wolfgang Streeck (eds), *Democracy in Straightjackets: Politics in an Age of Permanent Austerity*, London: Polity Press
- BONACICH, EDNA 1972 'A theory of ethnic antagonism: the split labor market', *American Sociological Review*, vol. 37, no. 5, pp. 547-59
- BOSETTI, GIANCARLO 2011 'Introduction: addressing the politics of fear. The challenge posed by pluralism to Europe', *Philosophy and Social Criticism*, vol. 37, no. 4, pp. 371-82
- BOWEN, JOHN R. 2007 *Why the French Don't Like Headscarves: Islam, the State, and Public Space*, Princeton, NJ: Princeton University Press
- BRUBAKER, ROGERS 2001 'The return of assimilation? Changing perspectives on immigration and its sequels in France, Germany, and the United States', *Ethnic and Racial Studies*, vol. 24, no. 4, pp. 531-48
- BUNDESAMT FÜR MIGRATION UND FLUECHTLINGE 2008 'Einbürgerungstest Fragenkatalog zum Testvorbereitung'. [Disponível em: <http://oet.bamf.de/pls/oetut/f?p=514:1:3036272536140737>]:[Acesso em 6 dezembro 2012]
- CAGLAR, AYSE S. 1997 'Hyphenated identities and the limits of culture', in Tariq Modood e Prina Werbner (eds), *The Politics of Multiculturalism in the New Europe: Racism, Identity, and Community*, London: Zed Books, pp. 169-85
- CALDWELL, CHRISTOPHER 2009 *Reflections on the Revolution in Europe: Immigration, Islam, and the West*, London: Allen Lane
- CAMPBELL, ROBERTSON 2011a 'Alabama's shame', *New York Times*, 3 outubro. [Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/10/04/opinion/alabamas-shame.html>] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- ____ 2011b 'Alabama's shame (cont.)', *New York Times*, 21 novembro. [Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/11/22/opinion/alabamas-shame-cont.html>] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- ____ 2011c 'Critics see "chilling effect" in Alabama immigration law', *New York Times*, 27 outubro. [Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/10/28/us/alabama-immigrationlaws-critics-question-target.html?pagewanted=all>] [Acesso em 6 dezembro 2012]

- CARRERA, SERGIO 2006 *A Typology of Different Integration Programmes in the EU*, Briefing Paper: IP/C/LIBE/OF/2005-167, Brussels: Centre for European Policy Studies 418
- CASANOVA, JOSE 2009 'Immigration and the new religious pluralism: a European Union-United States comparison', in Geoffrey Brahm Levey e Tariq Modood (eds), *Secularism, Religion and Multicultural Citizenship*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 139-63
- CHOUDHURY, TUFYAL 2011 'Evolving models of multiculturalism in the United Kingdom', in Emerson Michael (ed.), *Interculturalism: Europe and its Muslims: in search of sound societal models*, Brussels: Centre for European Policy Studies, pp. 107-33
- CLIP (CITIES FOR LOCAL INTEGRATION POLICY) 2008 *Equality and Diversity in Jobs and Services: City Policies for Migrants in Europe*, Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Council of Europe
- COENDERS, MARCEL, LUBBERS, MARCEL and SCHEEPERS, PEER 2004 *Majorities' Attitudes towards Minorities in European Union Member States: Results from the Standard Eurobarometers 1997-2000-2003*, Vienna: European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES 2007 *Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: Third Annual Report on Migration and Integration*, 9 novembro. [Disponível em: http://www.aedh.eu/plugins/fckeditor/userfiles/file/Asile%20et%20immigration/report_migration%20and%20integration.pdf [Acesso 6 dezembro 2012]
- CRUL, MAURICE e SCHNEIDER, JENS 2010 'Comparative integration context theory: participation and belonging in new diverse European cities', *Ethnic and Racial Studies*, vol. 33, no. 7, pp. 1249-68
- DER SPIEGEL 2007 'UN slaps Berlin on the wrist: German schools perpetuate inequality, report says', *Der Spiegel*, 22 março. [Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/germany/un-slaps-berlin-on-the-wrist-german-schools-perpetuate-inequality-report-says-a-473304.html> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- DEUTSCHLAND TODAY 2012 'Integrationskurs erfolgreich abgeschlossen', *Deutschland Today*, 15 agosto. [Disponível em: http://www.dtoday.de/regionen/lokal-nachrichten_artikel,-Integrationskurs-erfolgreich-abgeschlossen-_arid,180975.html [Acesso em 6 dezembro 2012]
- DIE ZEIT 2011 '50 Jahre Einwanderung: glückwunsch, Türkei', *Die Zeit*, 20 outubro. [Disponível em: <http://www.zeit.de/2011/43/50-Jahre-Migration-Einleitung> [Acesso 6 dezembro 2012]
- DURKHEIM, EMILE 1984[1893] *The Division of Labour in Society*, traduzido por W.D. Halls, Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan Education Ltd

- DUTCHNEWS.NL 2011 'Prime minister condemns Wilders' hate palaces comment', 12 agosto. [Disponível em: http://www.dutchnews.nl/news/archives/2011/08/prime_minister_condemns_wilder.php] [Acesso 6 dezembro 2012] 419
- DUYVENDAK, JAN C WILLEM, PELS, TREES e RIJKSCHROEFF, RALLY 2009 'A multicultural paradise? The cultural factor in Dutch integration policy', in Jennifer L. Hochschild e John H. Mollenkopf (eds), *Bringing Outsiders In: Transatlantic Perspectives on Immigrant Political Incorporation*, Ithaca, NY: Cornell University Press, pp. 129-39
- ERLANGER, STEVEN 2011 'Amid rise of multiculturalism, Dutch confront their questions of identity', *New York Times*, 14 agosto, p. A6
- EYERMAN, RON 2008 *The Assassination of Theo van Gogh: From Social Drama to Cultural Trauma*, Durham, NC: Duke University Press
- FAIST, THOMAS 2009 'Diversity - a new mode of incorporation?', *Ethnic and Racial Studies*, vol. 32, no. 1, pp. 171-90
- FISHER, IAN 2006 'Oriana Fallaci, writer-provocateur, dies at 77', *New York Times*, 19 setembro. [Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/09/15/books/16fallacind.html>] [Acesso em, 6 dezembro 2012]
- FREEDMAN, SAMUEL G. 2011 'Waging a one-man war on American Muslims', *The New York Times*, 17 dezembro, p. A19
- GASPARD, FRANCOISE and KHOSROKHAVAR, FARHAD 1995 *Le Foulard et la Republique*, London: Decouverte
- GEERTZ, CLIFFORD 1973 'The integrative revolution: primordial sentiments and civil politics in the new states', in Clifford Geertz (ed.), *The Interpretation of Cultures*, New York: Basic Books, pp. 255-310
- GERMAN FEDERAL MINISTRY OF THE INTERIOR 2011 2011 *Report on the Protection of the Constitution: Summary*, Berlin: German Federal Ministry of the Interior. [Disponível em: http://www.bmi.bund.de/SharedDocs/Downloads/DE/Themen/Sicherheit/vsb_kurzfassung_engl_2011.pdf?_blob=publicationFile] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- GLAZER, NATHAN. 1997 *We Are All Multiculturalists Now*, Cambridge, MA: Harvard University Press
- GOLE, NILUFER 2011 'The public visibility of Islam and European politics of resentment: the minarets-mosques debate', *Philosophy and Social Criticism*, vol. 37, no. 4, pp. 383-92
- GOODHART, DAVID 2004 'Too diverse?' *Prospect*, vol. 95, 20 fevereiro. [Disponível em: <http://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/too-diverse-david-goodhart-multiculturalismbritain-immigration-globalisation/>] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- GOODMAN, SARAH WALLACE 2010 'Lost and found: an empirical foundation for applying the "liberal test"', in Rainer Bauböck e Christian

- Joppke (eds), *How Liberal Are Citizenship Tests?*, EUI Working Papers 41, Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, EUDO Citizenship Observatory, pp. 325-38 420
- ___ 2011 'Controlling immigration through language and country knowledge requirements', *West European Politics*, vol. 34, no. 2, pp. 235-55
- ___ 2012a 'Fortifying citizenship: policy strategies for civic integration in Western Europe', *World Politics*, vol. 674, no. 4, pp. 659-98
- ___ 2012b 'Integration requirements for integration's sake? Identifying, categorizing and comparing civil integration policies', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 36, no. 5, pp. 753-72
- GONZALEZ, KARINA VELASCO, et al. 2008 'Prejudice towards Muslims in The Netherlands: testing integrated threat theory', *British Journal of Social Psychology*, vol. 47, pp. 667-85
- GRIESHABER, KIRSTEN 2005. '600 Stunden deutsch', *Zeit Online*, 7 julho. [Disponível em: <http://www.zeit.de/2005/28/C-Integration> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- GRILLO, RALPH 2010 'British and others: from "race" to "faith"', in Steven Vertovec e Susanne Wessendorf (eds), *The Multiculturalism Backlash: European Discourses, Policies, and Practices*, London: Routledge, pp. 50-71
- GROENENDIJK, KEES e VAN OERS, RICKY 2010 'How liberal tests are does not merely depend on their content, but also their effects', in Rainer Bauböck e Christian Joppke (eds), *How Liberal Are Citizenship Tests?*, EUI Working Papers 41, Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, EUDO Citizenship Observatory, pp. 5-8
- HABERMAS, JÜRGEN 2006 'Opening up Fortress Europe: Jürgen Habermas on immigration as the key to European unity', *Signandsight.com: Let's Talk European*, 16 novembro. [Disponível em: <http://www.signandsight.com/features/1048.html> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- HANSEN, ROBERT 2010 'Citizenship tests: an unapologetic defense', in Rainer Bauböck e Christian Joppke (eds), *How Liberal Are Citizenship Tests?*, EUI Working Papers 41, Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, EUDO Citizenship Observatory, pp. 25-8
- HEDETOFT, ULF 2010 'Denmark versus multiculturalism', Steven Vertovec e Susanne Wessendorf (eds), *The Multiculturalism Backlash: European Discourses, Policies and Practices*, London: Routledge, pp. 111-29
- HOßMANN, IRIS and KARSCH, MARGRET 2011 Germany's Integration Policy, Berlin: Berlin-Institute für Bevölkerung und Entwicklung. [Disponível em: http://www.berlin-institut.org/fileadmin/user_upload/handbuch_texte/pdf_Hossmann_Karsch_Germanys_Integration_Politics.pdf [Acesso em 6 dezembro 2012]

- HUNTINGTON, SAMUEL P. 1996 *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, New York: Simon & Schuster 421
- ____ 2004 *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*, New York: Simon and Schuster
- JAWORSKY, B. NADYA 2011 'Immigrants, aliens, and Americans: mapping out the boundaries of belonging in a new immigrant gateway', manuscrito inédito
- JOPPKE, CHRISTIAN 2004 'The retreat of multiculturalism in the liberal state: theory and policy', *British Journal of Sociology*, vol. 55, no. 2, pp. 237-57
- ____ 2008 'Immigration and the identity of citizenship: the paradox of universalism', *Citizenship Studies*, vol. 12, no. 6, pp. 533-46
- JOPPKE, CHRISTIAN e LUKES, STEVEN (eds) 1999 *Multicultural Questions*, Oxford: Oxford University Press
- JUDT, TONY 2005 *Postwar: A History of Europe since 1945*, London: Penguin
- KASINITZ, PHILIP, et al. 2008 *Inheriting the City: The Children of Immigrants Come of Age*, Cambridge, MA: Russell Sage Foundation
- KIVISTO, PETER (ed.) 2005 *Incorporating Diversity: Rethinking Assimilation in a Multicultural Age*, Boulder, CO: Paradigm
- ____ 2012 'Migration, national identity, and solidarity', *Ethnicities*, vol. 12, no. 6, pp. 6-11
- KOOPMANS, RUUD 2012 'The post-nationalization of immigrant rights: a theory in search of evidence', *British Journal of Sociology*, vol. 63, no. 1, pp. 22-30
- KOOPMANS, RUUD, et al. 2005 *Contested Citizenship, Immigration and Cultural Diversity in Europe*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press
- KYMLICKA, WILL 1995 *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*, Oxford: Oxford University Press
- ____ 2011 'Multiculturalism in normative theory and in social science', *Ethnicities*, vol. 11, no. 5, pp. 5-11
- LAMONT, MICHELE 2000 *The Dignity of the Working Man*, Cambridge, MA: Harvard University Press
- LARSEN, BIRGITTE ROMME 2011 'Becoming part of Welfare Scandinavia: integration through the spatial dispersal of newly arrived refugees in Denmark', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 37, no. 2, pp. 333-50
- LEE, JENNIFER and BEAN, FRANK D. 2010 *The Diversity Paradox: Immigration and the Color Line in Twenty-First Century America*, New York: Russell Sage Foundation

- LEWIS, MARK and COWELL, ALAN 2012 'Norwegian man claims self-defense in killings', *New York Times*, 17 abril, p. A6 422
- LIPTAK, ADAM 2011 'Court to weigh Arizona statute on immigration', *New York Times*, 12 dezembro. [Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/12/13/us/supreme-court-torule-on-immigration-law-in-arizona.html?pagewanted=all>] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- LUCASSEN, LEO 2005 *The Immigrant Threat: The Integration of Old and New Migrants in Western Europe since 1850*, Urbana, IL: University of Illinois Press
- MAIL ONLINE 2008 "Sharia law will undermine British society," warns Cameron in attack on multiculturalism', *Mail Online*, 27 fevereiro. [Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-519090/Sharia-law-undermine-British-society-warns-Cameron-attackmulticulturalism.html>] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- MCWHORTER, DIANE 2012 'The strange career of Juan Crow', *New York Times*, Sunday Review, 17junho, p. 8
- MEER, NASAR e MODOOD, TARIQ 2009 'The multicultural state we're in: Muslims, "multiculture" and the "civic re-balancing" of British multiculturalism', *Political Studies*, vol. 57, no. 3, pp. 473-97
- ___ 2012 'How does interculturalism contrast with multiculturalism?', *Journal of Intercultural Studies*, vol. 33, no. 2, pp. 175-96
- MICHALOWSKI, INES 2010 'Citizenship tests and traditions of interference with cultural diversity', in RAINER BAUBÖCK e CHRISTIAN JOPPKE (eds), *How Liberal Are Citizenship Tests?*, EUI Working Papers 41, Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, EUDO Citizenship Observatory, pp. 5-8
- MODOOD, TARIQ 2009 'The state and ethno-religious mobilization in Britain', in Jennifer L. Hochschild e John H. Mollenkopf (eds), *Bringing Outsiders In: Transatlantic Perspectives on Immigrant Political Incorporation*, Ithaca, NY: Cornell University Press, pp. 233-49
- MODOOD, TARIQ e WERBNER, PRINA (eds) 1997 *The Politics of Multiculturalism in the New Europe: Racism, Identity, and Community*, London: Zed Books
- MONATH, HANS 2010 'Mit zähnen und klauen verteidigen', *Der Tagesspiegel*, 8 outubro. [Disponível em: <http://www.tagesspiegel.de/politik/islam-mit-zaehnen-und-klauen-verteidigen/1951782.html>] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- NAVARRO, MIREYA 2012 'For many Latinos, racial identity is more culture than color', *New York Times*, 14 janeiro, p. A11
- NELSON, KEITH L 1970 'Black horror on the Rhine: race as a factor in post-World War I diplomacy', *The Journal of Modern History*, vol. 42, no. 4, pp. 606-27

- OLWIG, KAREN FOG 2011 'Integration': migrants and refugees between Scandinavian welfare societies and family relations', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 37, no. 2, pp. 179-96 423
- ORGAD, LIAV 2010 'Five liberal concerns about citizenship tests', in Rainer Bauböck and Christian Joppke (eds), *How Liberal Are Citizenship Tests?*, EUI Working Papers 41, Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, EUDO Citizenship Observatory, pp. 21-4
- OXFORD ANALYTICA 2006 'Europe backs away from multiculturalism', *Forbes.com*, 20 November. [Disponível em: http://www.forbes.com/2006/11/17/multiculturalism-assimilation-europe-biz-cx_1120oxford.html] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- PARSONS, TALCOTT 1965 'Full Citizenship for the Negro American? A Sociological Problem', *Daedalus*, vol. 94, pp. 1009-54
- PARSONS, TALCOTT 1971 *The System of Modern Societies*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall
- PORTES, ALEJANDRO e VICKSTROM, ERIK 2011 'Diversity, social capital, and cohesion', *Annual Review of Sociology*, vol. 37, pp. 461-79
- PRINS, BAUKJE 2002 'The nerve to break taboos: new realism in the Dutch discourse on multiculturalism', *Journal of International Migration and Integration*, vol. 3, nos. 3/4, pp. 363-79
- PRINS, BAUKJE and SAHARSO, SAWITRI 2010 'From toleration to repression: the Dutch backlash against multiculturalism', in Steven Vertovec e Susanne Wessendorf (eds), *The Multiculturalism Backlash: European Discourses, Policies, and Practices*, London: Routledge, pp. 72-91
- PUTNAM, ROBERT D. 2007 'E pluribus unum: diversity and community in the twenty-first century. The 2006 Johan Skytte Prize Lecture', *Scandinavian Political Studies*, vol. 30, no. 2, pp. 137-74
- REIMANN, ANNA 2010 'Integration fairytale fails to spread from football field to society', *Der Spiegel*, 7 julho [Disponível em: <http://www.siegel.de/international/germany/germanimmigration-report-card-integration-fairytale-fails-to-spread-from-football-field-to-society-a-705237.html>] [Acesso em 6 dezembro 2012]
- RING, MAGNUS 2011 'A culture, a manifesto, and an act of terrorism', manuscrito inédito, Lund University
- SCHAIN, MARTIN 1999 'Minorities and immigrant incorporation in France', in Christian Joppke e Steven Lukes (eds), *Multicultural Questions*, Oxford: Oxford University Press, pp. 199-223
- SCHÄUBLE, WILFRED 2006 'Muslime in Deutschland', *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 27 setembro, p. 9
- SCHEFFER, PAUL 2000 'Het multiculturele drama', *NRC Handelsblad*, 29 janeiro. [Disponível em: <http://retro.nrc.nl/W2/Lab/Multicultureel/scheffer.html>] [Acesso em 6 dezembro 2012]

- SCHÖNWÄLDER, KAREN 2010 'Germany: integration policy and pluralism in a selfconscious country of immigration', Steven Vertovec e Susanne Wessendorf (eds), *The Multiculturalism Backlash: European Discourses, Policies, and Practices*, London: Routledge, pp. 152-69 424
- SCHUCK, PETER H. 2009 'Immigrants' incorporation in the United States after 9/11: two steps forward, one step back', in Jennifer L. Hochschild e John H. Mollenkopf (eds), *Bringing Outsiders In: Transatlantic Perspectives on Immigrant Political Incorporation*, Ithaca, NY: Cornell University Press, pp. 158-75
- SCIORTINO, GIUSEPPE 2012 'Ethnicity, race, nationhood, foreignness, and many other things: prolegomena to a cultural sociology of difference-based interactions', in Jeffrey C. Alexander, Ronald Jacobs e Philip Smith (eds), *The Oxford Handbook of Cultural Sociology*, New York: Oxford University Press, pp. 365-89
- SECRET, MOSI 2011 'Diversity monitor will allow black firefighters' outreach', *New York Times*, 22 dezembro, p. A34
- SHANE, SCOTT 2011 'In Islamic law, Gingrich sees a mortal threat to US', *New York Times*, 22 dezembro, p. A22
- SHILS, EDWARD 1975a 'Center and periphery', in Edward Shils (ed.), *Center and Periphery: Essays in Macro-Sociology*, Chicago, IL: University of Chicago Press, pp. 3-16
- ___ 1975b 'Primordial, personal, sacred, and civil ties', in Edward Shils (ed.), *Center and Periphery: Essays in Macro-Sociology*, Chicago, IL: University of Chicago Press, pp. 111-26
- ___ 1975c 'Charisma, order, and status', in Edward Shils (ed.), *Center and Periphery: Essays in Macro-Sociology*, Chicago, IL: University of Chicago Press, pp. 256-75
- SIMON, PATRICK e SALA PALA, VALERIE 2010 "'We're not all multiculturalists yet": France swings between hard integration and soft anti-discrimination', in Steven Vertovec e Susanne Wessendorf (eds), *The Multiculturalism Backlash: European Discourses, Policies, and Practices*, London: Routledge, pp. 92-110
- SIMPSON, LUDI 2007 'Ghettos of the mind: the empirical behavior of indices of segregation and diversity', *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. 170, no. 2, pp.405-24
- SINGH, DARRA 2007 'Foreword', in Commission on Integration and Cohesion, *Our Shared Future*, Wetherby, West Yorkshire, UK: Weatherby, pp. 3-5
- SOYSAL, YASEMIN 1994 *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago, IL: University of Chicago Press
- ___ 1998 'Towards a postnational model of membership', in Gershon Shafir (ed.), *The Citizenship Debates: A Reader*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, pp. 189-220

- STILLE, ALEXANDER 2011 'The paradox of the new elite', *New York Times*, Sunday Review, 23 outubro, p. 1 425
- STOVALL, TYLER 1998 'The color line behind the lines: race violence in France during the Great War', *The American Historical Review*, vol. 103, no. 3, pp. 737-69
- STRAW, JACK 2006 'I felt uneasy talking to someone I couldn't see', *The Guardian*, 5 outubro. [Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2006/oct/06/politics.uk> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- THE ECONOMIST 2007 'In praise of multiculturalism: almost everyone now agrees that it has failed. Has it really?' *The Economist*, 24 junho. [Disponível em: <http://www.economist.com/node/9337695> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- ___ 2008a 'Muslims and city politics: when town halls turn to Mecca', *The Economist*, 4 dezembro. [Disponível em: <http://www.economist.com/node/12724966> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- ___ 2008b 'Multicultural tracking: the search for social glue: new thoughts about how to promote social cohesion', *The Economist*, 21 fevereiro. [Disponível em: <http://www.economist.com/node/10740466> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- THE GALLUP ORGANIZATION 2007 Flash Eurobarometer 217: Intercultural Dialogue in Europe. [Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_217_sum_en.pdf [Acesso em 6 dezembro 2012]
- TOPCU, OZLEM 2011 'Die ersten Türken in Deutschland', *Die Zeit*, Serie: 50 Jahre Einwanderungsland, 20 outubro. [Disponível em: <http://www.zeit.de/2011/43/50-Jahre-Migration-Anfaenge> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- TOPCU, OZLEM and ULRICH, BERND 2011 'Glückwunsch, Türke', *Die Zeit*, Serie: 50 Jahre Einwanderungsland, 20 outubro. Disponível em: <http://www.zeit.de/2011/43/50-Jahre-Migration-Einleitung/seite-2> [Acesso em 6 dezembro 2012]
- TRONDMAN, MATS 2012 'Burning schools/building bridges: ethnographical touchdowns in the civil sphere', in Jeffrey C. Alexander, Ronald Jacobs e Philip Smith (eds), *The Oxford Handbook of Cultural Sociology*, New York: Oxford University Press, pp. 390-425
- VALENTA, MARKO e BUNAR, NIHAD 2010 'State assisted integration: refugee integration policies in Scandinavian welfare states: the Swedish Norwegian experience', *Journal of Refugee Studies*, vol. 23, no.4, pp.463-83
- VASILEVA, KATYA 2011 'Population and social conditions', [Eurostat Report No. 34/2011. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-11-034/EN/KS-SF-11-034-EN.PDF [Acesso em 6 dezembro 2012]
- VERTOVEC, STEVEN 1996 'Multiculturalism, culturalism, and public incorporation', *Ethnic and Racial Studies*, vol. 19, no. 1, pp. 49-69

- ___ 2006 *The Emergence of Super-Diversity in Britain*, Working Paper No. 426
WP-06-25, Oxford: Centre on Migration, Policy and Society (COMPAS),
University of Oxford. [Disponível em: [http://www.compas.ox.ac.uk/
fileadmin/files/Publications/working_papers/WP_2006/WP0625_
Vertovec.pdf](http://www.compas.ox.ac.uk/fileadmin/files/Publications/working_papers/WP_2006/WP0625_Vertovec.pdf) [Acesso em 6 dezembro 2012]
- VERTOVEC, STEVEN e WESSENDORF, SUSANNE (eds) 2010a *The
Multiculturalism Backlash: European Discourses, Policies, and Practices*,
London: Routledge
- ___ 2010b 'Introduction: assessing the backlash against
multiculturalism in Europe', in Steven Vertovec e Susanne Wessendorf
(eds), *The Multiculturalism Backlash: European Discourses, Policies, and
Practices*, London: Routledge, pp. 1-31
- VITUS, KATHRINE e LIDE'N, HILDE 2010 'The status of the asylum-
seeking child in Norway and Denmark: comparing discourses, politics
and practices', *Journal of Refugee Studies*, vol. 23, no. 1, pp. 62-81
- VOYER, ANDREA 2011 'Disciplined to diversity: learning the language
of multiculturalism', *Ethnic and Racial Studies*, vol.34, no. 11, pp. 1874-93
- ___ a ser publicado *Strangers and Neighbors: Multiculturalism, Conflict, and
Community*, New York: Cambridge University Press
- WHEATCROFT, PATIENCE 2006 'Multiculturalism hasn't worked:
let's rediscover Britishness', *The Telegraph*, 8 outubro. [Disponível
em: [http://www.telegraph.co.uk/comment/personal-view/3632983/
Multiculturalism-hasnt-worked.html](http://www.telegraph.co.uk/comment/personal-view/3632983/Multiculturalism-hasnt-worked.html) [Acesso em 6 dezembro 2012]
- WIEVIORKA, MICHEL 1998 'Is multiculturalism the solution?', *Ethnic
and Racial Studies*, vol. 21, no. 5, pp. 881-910
- WILSON, WILLIAM JULIUS 1987 *The Truly Disadvantaged: The Inner City,
the Underclass, and Public Policy*, Chicago, IL: University of Chicago Press
- YOUNG, IRIS MARION 1990 *Justice and the Politics of Difference*,
Princeton, NJ: Princeton University Press
- ZOLBERG, ARISTIDE R. and WOON, LONG LITT 1999 'Why Islam is like
Spanish: cultural incorporation in Europe and the United States', *Politics
& Society*, vol. 27, no. 1, pp. 5-38